



Anais da Assembléia

Nº 12

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 09 DE MARÇO DE 1995

ANOXXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 09: Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Joselito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 7.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 1995

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Beto Richa e Valdir Rossoni.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Beto Richa, Caíto Quintana, Cesar Seleme, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Elio Rusch, Dr. Rosinha, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Luiz Accorsi, Nelson Tureck, Renato Adur e Reni Borsato (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO Nº 016/95

Curitiba, 09 de março de 1995.
Senhor Presidente.

Venho a presença de Vossa Senhoria solicitar uma informação, sobre um fato ocorrido no dia 08/03/95 - "Dia Internacional da Mulher", nas dependências da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande.

1 - As professoras do Município deslocaram-se até a Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, para solicitar aos Vereadores que aprovassem um projeto do Prefeito, o

qual seria para benefício das mesmas, que é de direito constitucional a reivindicação em questão, - tudo pacificamente.

2 - A Polícia Militar surgiu de repente com metralhadoras e demais armas pesadas, causando um terror, nas dependências da Câmara Municipal, de dimensões pequenas.

A maneira como os policiais portaram-se foi bastante agressiva, justamente só para as mulheres e ainda mais, no seu Dia.

Gostaria de receber de Vossa Senhoria, uma informação sobre o fato ocorrido, contando com a vossa costumeira atenção que conhecemos de longa data, subscrevo-me antecipando sinceros agradecimentos.

Sala das Sessões, em 09.03.95

(a) GERALDO CARTÁRIO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 287

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem REQUERER a votação preferencial, na presente sessão do dia 09 de março de 1.995, do item 01, da Ordem do Dia, da Discussão Única da Proposição nº 071/94, ao Veto aposto ao Projeto de Lei nº 257/93, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch.

Requer votação em separado, da Proposição acima.

Sala das Sessões, em 09.03.95

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 282

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação em bloco para as proposições constantes dos itens 01, 03 e 04 da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 09.03.95.

(a) ALGACI TÓLIO

REQUERIMENTO Nº 288

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja retirado por 10 (dez) sessões, o item 02 da proposição nº 074/94, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 09.03.95.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 293

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente requerimento, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia desta data, por 10 (dez) sessões da Proposição

nº 071/94 (Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 257/93).

Sala das Sessões, em 09.03.95

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 284

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de União da Vitória pela passagem de seus 105 anos de Emancipação Política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Senhor Airton Bernardo Roveda, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Senhor Hilário Clivatti, assim como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná cumprimentem a população de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 09.03.95

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que a laboriosa população de União da Vitória vê transcorrer no próximo dia 27 de março, a data magna do seu Município.

Cabe a nós, como representante da região, levar nosso caloroso abraço de felicitações àquela população que não mede esforços em prol do progresso cada vez mais crescente do Município.

Hoje, é grande a contribuição dos jovens tanto nas decisões políticas como na parte econômica e social de nossa grande e hospitaleira União da Vitória, pois vêm assumindo posição de liderança no desenvolvimento da sociedade local e estadual.

União da Vitória situa-se entre os municípios de maior desenvolvimento liderando uma região toda com uma economia bastante diversificada.

Do ciclo da madeira, riqueza que ainda tem considerável peso, passamos para uma União da Vitória da pecuária, da agricultura moderna e desenvolvida, da industrialização, do comércio forte e estável.

A história de União da Vitória é uma história de trabalho e luta sempre renovada pela fibra de seu povo e com a colaboração de seus administradores de todos os tempos.

É por essa razão que renovamos a credibilidade, o nosso reconhecimento e admiração à laboriosa população de União da Vitória.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumprimenta efusivamente toda a população de União da Vitória certos de que o progresso é resultado do trabalho diuturno de todos que labutam em prol da grandeza de

seu Município e do nosso País.

REQUERIMENTO Nº 286

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, "Votos de Louvor e Congratulações", com a empresa EQUITEL, pelo transcurso dos 20 anos de funcionamento. Primeira empresa a instalar-se na Cidade Industrial de Curitiba - CIC, vem contribuindo para o desenvolvimento econômico do Estado do Paraná, através da participação ativa no mercado de telecomunicações particulares, onde lidera 20 por cento da demanda.

Pelo exemplo e comportamento ímpar dessa empresa privada, merece ela o louvor e congratulações desta Casa de Leis, razão pela qual requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento à Diretoria da EQUITEL e à Presidência da CIC.

Sala das Sessões, em 09.03.95.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 290

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de "Votos de Louvor e Congratulações" com o ator Giovani José Cesconetto, pelo trabalho desenvolvido ao longo de dezesseis anos em torno de promoção infantil e que agora culmina com a inauguração no próximo dia 20, no Bairro de Santa Felicidade, na Capital do Estado, de um "Espaço Cultural da Criança".

O espaço, com área de 400 metros quadrados sobre terreno de 4.000 mil metros quadrados, ao lado do Bosque São Cristovão, contou para sua execução apenas com recursos particulares, mas, sem dúvida, virá preencher uma lacuna dentro da área cultural da Cidade de Curitiba, atendendo especialmente a criança.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao diretor da Giovani Promoções, ator Giovani José Cesconetto e ao Senhor Secretário de Estado da Cultura.

Sala das Sessões, em 09.03.95

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 291

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de "Votos de Congratula-

ções" pela posse do Conselho Estadual da Condição Feminina.

No "Dia Internacional da Mulher", data em que mulheres de todo o mundo reuniram-se em manifestações por uma sociedade mais justa e humana, o Governador Jaime Lerner marcou o transcurso desse dia com a nomeação do Conselho Estadual da Condição Feminina ao qual compete, no âmbito estadual, a formulação de projetos e programas em prol da mulher.

O Conselho é integrado por 35 mulheres (relação em anexo) que representam os mais diversos seguimentos das atividades profissionais e comunitárias, de todo o Estado. O mesmo será Presidido pela Jornalista Alzeli Bassetti, vice-Presidente Eliane Biazetto, Secretária Geral Carmen Maria Monteiro Fulgêncio, Secretária Wilma Nogueira e Tesoureira Geral Marina Klamas Tanigushi. Entre as demais Conselheiras estão a vice-Governadora Emilia Belinati e a Secretária Fani Lerner.

Almejando ao Conselho Estadual da Condição Feminina uma gestão marcada pelo sucesso de seus objetivos, Requer que o mesmo seja dado conhecimento ao Exmo. Senhor Governador Jaime Lerner e à diretoria do mesmo.

Sala das Sessões, em 09.03.95

(a) ALGACI TOLIO

MEMBROS E SUPLENTE DO CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA

- FANI LERNER
- EMILIA DE SALLES BELINATI
- ALZELI BASSETTI
- BEBETI MADER DO AMARAL GURGEL
- OLGA BONGIOVANI
- VERA FERNANDES CASSOL
- DULCE VARISCO
- ANA RITA CARLI
- NELLY ALMEIDA
- ROSA MARIA CHIAMULERA
- WILMA BRUNETTI
- NITIS JACON DE ARAUJO MOREIRA
- LIDIA MATIKO MAEJIMA
- MARIA TEREZA CUNHA
- ELIANE BIAZETTO
- LUZITA ALBUQUERQUE
- SHEILA FIGLARZ
- DALILA DE CASTRO LACERDA
- ALVINA ANTUNES
- CARMEM MARIA MONTEIRO FULGÊNCIO
- DARLY RAFAEL
- ELIZABETH BERTOLDI
- MARGARETH ZANARDINI
- LUCY WATANABE
- DEONILDA MACHADO
- ISABEL KLUGER MENDES
- HELOISA PEREIRA OLIVEIRA
- IVAINE PAIOLA BALBINOTTI
- LISETE PINHEIRO
- MARINA KLAMAS TANIGUSHI

Suplentes

- ODENISE TEREZINHA ARNS

- DENISE MARIA LAPORTE STEPHANES
- CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN
- MARISA SIARES AZEVEDO
- WILMA NOGUEIRA

REQUERIMENTO N° 285

Senhor Presidente.

Consoante o que prescreve o artigo 55 da Constituição Estadual, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa. REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, HITOSHI NAKAMURA, solicitando ao mesmo que forneça cópia autenticada do relatório elaborado pelo Instituto Ambiental do Paraná, em cumprimento ao Termo de Compromisso, letra "A", firmado aos vinte e nove (29) dias do mês de agosto de 1994, na sede da Câmara Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Secretaria de Estado da Segurança Pública, Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria Geral de Justiça, Instituto Nacional de Reforma Agrária e Colonização (INCRA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, Associação da Família de Trabalhadores Rurais de Pinhão (AFATRUP), Indústrias João José Zattar S/A, Comissão Pastoral da Terra, o Pároco de Pinhão e o Movimento de Posseiros de Pinhão.

Requer-se, outrossim, seja informado a esta Casa qual o destino conferido às informações contidas no relatório e em que fase se encontra esse processo.

O mencionado relatório foi confeccionado por técnicos do IAP lotados em escritório que funcionou provisoriamente na sobredita Comarca, cuja única finalidade foi o levantamento de dados para a elaboração do documento em questão. Portanto, o presente pedido de informações destina-se a saber qual o destino dado às citadas informações, posto que os trabalhos da equipe designada pelo IAP foram concluídos em dezembro de 1994 com a utilização de recursos públicos e não foram divulgados os respectivos resultados, a fim de que o trabalho e os valores dispendidos não se percam.

Os conflitos fundiários existentes na Comarca de Pinhão ainda não se resolveram e sem a atuação eficaz da Administração Pública não será possível eliminar esse antigo problema na região, dificultando o desenvolvimento do Município, principalmente em se revelando que as lutas em questão têm gerado muitas mortes e a revolta de setores sociais significativos.

Sala das Sessões, em 09.03.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 283

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante

subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando a extensão de rede de abastecimento de água nas regiões do Bairro Guarituba e Jardim das Orquídeas, no Município de Piraquara.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Vereador Eliseu Salgueiro Meira, na Câmara Municipal de Piraquara.

Sala das Sessões, em 09.03.95

(a) ALGACI TÓLIO

JUSTIFICATIVA:

Encaminhado pelo Senhor Vereador Eliseu Salgueiro Meira, de Piraquara, o pleito representa antiga reivindicação dos moradores do bairro Guarituba e do Jardim das Orquídeas, no sentido de que se estenda àquelas regiões a rede de abastecimento da SANEPAR, conforme as opções indicadas no Ofício nº 011/95/GAB/ESM, da Câmara Municipal de Piraquara à Diretoria da SANEPAR.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 045/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a ceder em doação o veículo marca Volkswagen, tipo Kombi Camioneta, ano 1993, placa AEI-9054, de propriedade da Secretaria de Estado da Administração - Departamento Estadual de Transporte Oficial, à Prefeitura Municipal de Balsa Nova.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.95

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A medida proposta visa legalizar a doação do referido veículo à Prefeitura Municipal de Balsa Nova, tendo em vista que o mesmo já foi objeto de termo de cessão de empréstimo.

O veículo é de grande utilidade para a Prefeitura de Balsa Nova e pretendemos, com esta proposta, que ele continue contribuindo para o desenvolvimento do Município e região.

Tendo em vista os motivos aqui expostos, esperamos que a Proposição em tela receba o apoio dos ilustres Pares com assento nesta Casa.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE
TRANSPORTE OFICIAL

Ofício Circular nº 01/95 - DETO

Curitiba, 02 de fevereiro de 1995.

Prezado Senhor:

Tendo em vista o surgimento de prioridades administrativas, solicitamos a Vossa Senhoria a devolução a este Departamento do(s) veículo(s):

MARCA: VOLKSWAGEN

TIPO: KOMBI CAMIONETA

ANO: 1993

CHASSI:

PLACA: AEI-9054

Que foi(ram) cedido(s) conforme documento de TERMO DE CESSÃO DE VEÍCULOS POR EMPRÉSTIMO arquivado(s) neste Departamento, independente do prazo de validade ali mencionado.

Conforme os itens de compromisso constantes do referido termo, o veículo deverá ser devolvido até o dia 15/03/1995, impreterivelmente em nossa sede, sito a Rua DEPUTADO MÁRIO DE BARROS, nº 1.556 - CENTRO CÍVICO - CURITIBA - PARANÁ, durante o horário comercial.

Atenciosamente
ABEL JOSE BAIETEL
Diretor

Ilmo Senhor
Osvaldo Vanderlei Costa
M.D. Prefeito do Município de
Balsa Nova
Paraná

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lemos ontem no Jornal "Folha de Londrina", na página 03, uma notícia que nos deixou bastante preocupado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A gente tem visto na vida pública brasileira as discriminações que ocorrem, as lutas por novas conquistas, ainda agora o próprio funcionalismo público do Paraná aguardando com grande expectativa, com grande ansiedade o reajuste de seus salários, porque o funcionalismo tem sido a grande vítima de políticas injustas, e o funcionalismo acabou recebendo um arrocho, um achatamento salarial de muitos anos, vivendo hoje num estado de verdadeira penúria, de verdadeira miséria.

E contrastando com tudo isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a notícia estampada no jornal "Folha de Londrina", mostrava uma verdadeira afronta ao funcionalismo de um modo geral e aos servidores do BANESTADO.

O Presidente da instituição, Senhor Luiz Antonio Fayet, que em determinado momento chegou até a dizer que o Banco tinha

dinheiro e depois criou-se aquela polêmica toda com o programa "Panela Cheia".

O Presidente gosta de mesa farta, e volto a repetir, numa afronta a todos criou ali no BANESTADO um restaurante que é de fazer inveja às melhores mordomias que se tem conhecimento.

A notícia mostrava inclusive que para os marajás, especialmente convidados pelo Senhor Fayet, todo tipo de mordomia e, um adicional, com uma sobremesa muito importante é que os marajás convidados para sentarem à mesa para se banquetearem com o Presidente Luiz Antonio Fayet, não precisavam tirar uma moeda do bolso, porque é tudo inteiramente grátis.

Quer dizer, uma mordomia com dinheiro que não é do Senhor Luiz Antonio Fayet. Então, nesta manhã, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quando a gente leu inclusive que funcionário, funcionário normal que trabalha, que sustenta, que carrega o banco, esse tem que entrar na fila do bandeijão e pagar cinco reais para uma modesta refeição.

Nós queremos, meu caro Líder Algaci Tólio, bastante preocupado em modernizar a vida pública, em humanizar a vida pública no Paraná. Tenho visto o trabalho do Deputado Algaci Tólio, eu quero aqui nesta manhã, Senhor Presidente, Deputado Luiz Carlos Zuk, fazer um apelo ao Senhor Luiz Antônio Fayet, que aliás, a atuação do Senhor Luiz Antonio Fayet como Presidente do Banco, está fazendo até a oposição rir à toa, estou vendo até o Pessuti ali babando, se deliciando, a oposição ri à toa com as trapalhadas do Senhor Luiz Antonio Fayet, que tem criado situações que tem deixado o Governo do Estado em posição de verdadeiro desconforto.

Queremos fazer esse apelo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para que o Presidente do BANESTADO respeitando o dinheiro público, respeitando até todo esse arrocho que há no nosso funcionalismo público estadual. Ele se quiser manter um restaurante no banco que faça a devida cobrança, que não dê subsídios para marajás que são por ele, especialmente convidados.

Acho que quem tem que ter subsídios no banco é o agricultor, é o pequeno empresário, o microempresário, e não aquelas figuras que ele leva lá para fazer uma promoção pessoal à custa do dinheiro do BANESTADO, esperamos que ele feche imediatamente esse restaurante.

No momento a única panela que está cheia lá, é desse pessoal que vai comer nesse restaurante, de graça.

Tenho aqui a matéria que vou ler para os Senhores "Mesa Farta". o restaurante da Diretoria do BANESTADO desativado no Governo Requião reabriu há um mês. Executi-

vos almoçam pratos nobres como mignon e linguado, sem gastar um tostão, outros funcionários usam o bandeijão pagando cinco reais por refeição".

Isso é um abuso Senhor Presidente, que nós não concordamos e também não tem o aval, não tem o respaldo da autoridade maior que é o Governador Jaime Lerner, e nós queremos que o Presidente do BANESTADO se enquadre dentro daquilo que é o desejo do Governador Jaime Lerner acabando imediatamente com esse tipo de vergonhosa mordomia do BANESTADO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente. Passamos ao Grande Expediente. Concedemos a palavra ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a essa Tribuna, nesta manhã de quinta-feira, falar sobre uma questão que tem estado de uma forma muito intensa afetando a vida de mais de um milhão e meio de habitantes.

Curitiba vive um momento dramático pela falta de água. As vezes assisto o noticiário da Rede CNN e vejo os bombardeios que sobre a cidade de Groz e Sarajevo, e o que falta nessas cidades fundamentalmente, é água. São cidades que vivem a calamidade da guerra, e nós Curitibanos, estamos vivendo aqui como se Curitiba fosse uma Sarajevo.

Ainda há pouco recebia um relato de um dos membros do Comitê de imprensa desta Casa que me dizia que no bairro de Uberaba há mais de 38 horas não vai uma gota de água para as famílias que ali residem.

Na verdade, Senhores Deputados, estamos assistindo um momento da história do Paraná que nos acreditávamos não existisse mais, que é de uma autoridade que de forma irresponsável para se promover estabelece para a população um racionamento, um racionamento da forma que nunca havia existido na existência da Companhia de Saneamento do Paraná.

Uma empresa que orgulha a todos paranaenses. E vejam os Senhores quando é que foi estabelecido o racionamento, após a troca de direção dessa empresa.

Como é possível que até o dia 31 de dezembro, para ser mais exato, até o final do mês de janeiro não havia falta de água em Curitiba, o nosso sistema aqui da Capital, é o sistema complexo, como é aliás, todo o sistema de água e de esgoto no Brasil, é um sistema complexo, porque ele vem do antigo DAI e foi incorporando as redes que já existiam, que são reformuladas, a expansão brutal da capital, nas décadas de 70 e 80.

Mas o mais interessante é que até o dia 31 de dezembro de 1994, nós não havíamos ouvido falar em racionamento de água, houve sim remanejamento, houve sim em determinadas situações que são três: em acidentes, quando havia a queima de um conjunto moto-bomba, um rompimento de uma duto ou então nos períodos de grande seca ou de enchentes quando as bombas do sistema de captação ficam submersas.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu fico muito impressionado em ver a forma com que o Presidente, Diretor de Operações da SANEPAR, vão à televisão, aterrorizam as famílias, porque não é possível que o sistema que resistiu há quatro meses numa seca cruel no ano passado, possa entrar em colapso, justamente agora no período em que nós temos chuvas, que não falta água nos nossos mananciais, e que foi superado o problema das enchentes, até no período das enchentes o sistema da horta do Iguazu continuou operando.

Estive hoje conversando e tomei a liberdade de convidar e está aqui na Tribuna de honra, o ex-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná- SANEPAR, o Doutor Stênio Salles Jacob, que poderá ao término dessa Sessão se reunir com Senhores Deputados e detalhar de forma muito clara o que está ocorrendo em Curitiba, por falha da quebra da hierarquia do sistema gerencial da Companhia de Saneamento do Paraná, ou se há incompetência da atual diretoria em gerenciar esse sistema.

Queria na verdade Senhores Deputados, fazer também algumas considerações, só pelos investimentos que foram feitos nos últimos anos pela Companhia de Saneamento do Paraná.

Primeiro eu quero registrar aqui, o convênio que foi assinado e nunca foi honrado pela Prefeitura de Curitiba, o então Prefeito Jaime Lerner, assinou em 1973, um convênio aonde ele estabelecia na cláusula 2.ª a Prefeitura de Curitiba se obriga diretamente ou através da entidade Municipal cuja atividade esteja ligada ao programa a participar com recursos equivalentes a 25% do valor global dos investimentos nunca foi honrado o convênio que a Prefeitura Municipal de Curitiba assinou com a SANEPAR, e nós quando da implantação num programa de obras que envolvia a Cidde de Curitiba na expansão do sistema, com recursos do BIRD, Recursos do PEDU, do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano, nós verificamos que durante mais de um ano o Prefeito de Curitiba se recusou a assinar o PEDU e fazer com que as obras pudessem andar e só foi a partir - tenho que reconhecer - quando o prefeito Rafael Greca formalizou que para ele esse convênio não existia mais, mas que tomou a decisão de aí sim de também participar do

PEDU e participar dessas soluções. Agora vejam os senhores: vão aquelas autoridades que dirigem hoje a Companhia de Saneamento do Paraná à televisão, dizer que não houve investimentos.

Concedo aparte ao Deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab - Deputado Romanelli, queria inicialmente falar que nós, aqui do Poder Legislativo, demoramos muito para abordar a questão da água e quero ser solidário ao que o Deputado falou e quero fazer algumas colocações para registrar isso tudo que foi dito. Veja bem, o Conjunto Xingu é uma grande área em São José. São quase 1.000 famílias que há 42 horas estão sem água. Em Uberaba, 38, em São José, 42 horas sem água.

Esse mistério todo que envolve a questão da água, eu quero deixar claro o seguinte: que em contato que eu, como jornalista fiz com a SANEPAR, a informação que nós temos é que esse racionamento de 30 horas vai até o verão que vem, ou seja, até o ano que vem.

Então, a situação é mais crítica do que pensávamos. Outro detalhe que é importante: colocar para que o Deputado possa também, no sentido do conjunto da Assembléia Legislativa, nós questionamos isso junto à SANEPAR, é que isso me cheira um grande calote. Por que calote? Porque a taxa mínima é cobrada. São os 10 metros cúbicos de água que seria a taxa mínima e, num período de racionamento, de 30 horas sem água, você acha que uma família com 2, 3 pessoas vai consumir a taxa mínima? Não. Se tem um racionamento, o consumo individual por casa vai cair à metade da taxa mínima, dos 10 m3 e no entanto, a SANEPAR vai receber 10 m3.

Então, o pobre consumidor vai pagar na verdade, a pressão que vem pelo cano, porque sabemos que a pressão faz girar o hidrômetro. Então, gente, isso me cheira na verdade, não só um descaso com relação ao abastecimento d'água como um verdadeiro calote no consumidor. É preciso, no momento do racionamento, inclusive, solicitar à SANEPAR que exclua a questão da taxa mínima, sob pena de o usurário estar pagando 10m3 de água e não vir a consumir os 10 metros. Só para ilustrar o seu raciocínio com relação a isso.

Além dessa questão colocada pela SANEPAR da falta de investimentos, o ilustre Deputado coloca agora que houve investimentos, então deixando claro que houve investimentos necessários, não se justifica se manter a taxa mínima, e não se pode entender que um racionamento de 30 horas para alguns bairros, passa até a 48 horas.

Só para ilustrar, Deputado.

O SR. CLAUDIO ROMANELLI - Queria agradecer, Deputado Ricardo Chab, o Senhor que é seguramente, um dos Deputados mais capazes desta Casa, profundo conhecedor da realidade de Curitiba, da verdadeira Curitiba dos bairros, não da Curitiba do quadrilátero onde moram 500 mil privilegiados que moram numa cidade de 1º Mundo, mas de um milhão de habitantes que moram na periferia da nossa capital.

Queria, Senhores Deputados, a sua atenção, porque os números que vou trazer aqui agora, são da maior importância. Vejam os senhores: os investimentos que foram feitos nos últimos 20 anos e seis meses com o sistema de produção de água de Curitiba. No período que vai do mês 07 de 1973 até dezembro de 1982, há que se fazer um corte, porque depois nós tivemos um outro tipo de gestão à frente da nossa Companhia, tivemos um investimento da ordem de 50.218.184 UFIR's que é uma moeda que tem validade, porque a UFIR é uma referência para saber em termos de investimentos.

De 1º de janeiro de 1983 a dezembro de 1994 foram investidos 289.053 UFIR's. Ou seja, tivemos 339 milhões de investimentos que foram feitos, 339 milhões 271 mil e 317 UFIR's que foram investidas no sistema de água em Curitiba. Ou seja, nos últimos 12 anos, de tudo que foi investido, os governos do PMDB investiram 85% de tudo o que foi resultado dessa explosão que nós tivemos na capital curitibana. Diria mais até: no período de janeiro de 91 a dezembro de 94, o governo Requião e Mário Pereira, tivemos um investimento de 198 milhões de dólares no sistema de esgoto.

E vejo ainda, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as autoridades atuais irem à televisão e mostram obras que estão em execução como se aquelas obras tivessem sido iniciadas há 10 dias para se resolver o problema!

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, essas obras todas foram iniciadas em dezembro de 93. São obras que são extremamente importantes. O depósito, o reservatório do Bairro Alto de 5 mil metros cúbicos. Os reservatórios de Almirante Tamandaré de mil metros cúbicos e 750 metros cúbicos, são 2.0 aumento da produção que foi feito com a adutora do Rio Iraí. O Rio Iraí entra no sistema da eco do Tarumã, que funciona e abastece uma parte da nossa capital. Ou seja, Senhores, o Sistema Passaúna foi quadruplicado. Para os Senhores terem uma idéia, a média de consumo "per capita" por cidadão, por habitante paranaense é de 100 litros por dia de água. Se calcularmos que Curitiba - talvez porque o povo até goste de lavar mais seus veículos, tomem mais banhos até quem sabe, se gastasse 150 litros com 1 milhão e meio de habitantes, nós teríamos um consumo diário

de 225 milhões de litros de água. Muito bem! Com a capacidade de produção do sistema de água em Curitiba, temos condições de produzir e estamos produzindo, embora não pareça, mas o sistema tem condições de produzir e estamos produzindo 501 milhões de litros de água por dia.

E aí vem o Presidente da SANEPAR à televisão falar das perdas do sistema. É claro que há adutoras vazando, meu Deus do céu! As perdas são frutos da lavagem dos filtros, da abertura das redes, dos manômetros que muitos até e certamente fraudam e roubam a água da SANEPAR. Então, na verdade, se pudéssemos falar em perdas talvez, no sistema, seria na verdade no máximo, em 30%.

E quero dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados que água, água tem, porque daqui a pouco...

O Sr. Valdir Rossoni - Me permite um aparte?

(Assentimento)

Ouvia seu pronunciamento atentamente e estou vendo alguns argumentos de Vossa Excelência que para não lembrar um pouco do passado pode até se convencer de que tudo isto que Vossa Excelência aqui está trazendo seja uma grande verdade. Nós todos sabemos que o Governo Jaime Lerner há apenas 60 dias assumiu este Estado e quando o Sr. fala um só argumento que Vossa Excelência já está querendo diminuir um pouco e aí sim é por falta de manutenção, 40% da água que sai para ser distribuída na cidade são perdidas pela falta de manutenção e isto o Sr. jamais poderá atribuir ao Governo atual, porque nós em 60 dias não teríamos o tempo de reconstruir a rede de distribuição de água de Curitiba. Este é só um argumento que trago a Vossa Excelência.

Acho que um pouco do seu discurso, ilustre Deputado Romanelli, é o saudosismo do Poder. Acho que as providências o Governo já está tomando. Tenho certeza que a semana que vem Vossa Excelência estará aqui fazendo um brilhante discurso sobre o Porto de Paranaguá. Mas quero dizer a Vossa Excelência que a semana que vem nós também estaremos aqui fazendo o mesmo brilhante discurso, trazendo os números da situação financeira da SANEPAR, trazendo aqui também os números da situação financeira do Porto de Paranaguá que é motivo nacional, da situação em que se encontra.

Então, o que V.Exa. está trazendo aqui também é a preocupação do nosso Governo. O nosso Governo tomou as atitudes. O nosso Governo está tomando atitudes imediatas, mas não está simplesmente mentindo à população de que houve problemas em registros, em peças do tratamento. O que nós estamos contando é a verdade. O que acontecia no

passado era de que quando faltava água num bairro se arrumava um argumento para não dizer que era culpa do trabalho dos diretores da SANEPAR e dos responsáveis. Estamos agindo de uma maneira diferente, estamos agindo com a verdade e a verdade melhor eu prometo a Vossa Excelência que nós traremos aqui a situação financeira da SANEPAR na próxima semana.

Agradeço o aparte do ilustre Deputado.

O Sr. Angelo Vanhoni - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Gostaria e solicitar apenas um breve aparte. Nobre Deputado Valdir Rossoni, Líder do PDT, confesso a V.Exa. que sou um leigo absoluto em questão de abastecimento de água na Cidade de Curitiba. Mas moro nesta cidade há mais de 35 anos e Deputado Romanelli, não sei se são problemas financeiros e aí pode até ser os problemas financeiros do ponto de vista deste novo Governo querer questionar a administração financeira da SANEPAR no período passado. É um embate político, é um embate do ponto de vista de questionamento da administração. Acho isto justo.

Agora, Deputado Valdir Rossoni, o que me parece e mesmo leigo no assunto eu não consigo entender minimamente como que logo após uma das maiores cheias, se nos grandes períodos de seca que passamos na nossa cidade a SANEPAR não foi obrigada do ponto de vista da sua operacionalidade a impor ao conjunto da população desta cidade um racionamento de tal ordem, eu não posso acreditar nos argumentos que V.Exa. vem levantar. É a razão para qualquer leigo, para qualquer um, pelo senso comum, vai perceber o seguinte: escuta, há uma história mal contada, porque as torneiras, minimamente, do povo de Curitiba funcionavam. Hoje não funcionam.

Quer dizer, em 60 dias a administração do Governo Lerner conseguiu identificar problemas tão graves na SANEPAR, se são financeiros são de outra ordem, Deputado.

Agora, do ponto de vista da sua operacionalidade a impor ao conjunto da população este sofrimento, me desculpe, Deputado, mas a sua justificativa me parece muito mais eivada de fundo político do que propriamente de atendimento e de abastecimento de água para os habitantes da nossa cidade.

E o povo de Curitiba não merece este tratamento e não merece que seja colocado, sabe, como uma alavanca para um questionamento político a respeito da administração da SANEPAR dos Governos passados.

O Sr. Valdir Rossoni - Fui citado pelo companheiro Vanhoni, e queria colocar para V.Exa. de que a questão da chuva in-

terfere muito pouco na questão do desperdício da água, muito pouco. O que ocorria no Governo passado é que existia o racionamento e não era divulgado, bairros de Curitiba ficavam sem água e não se trazia a verdade à população.

Só isso, não mudou nada, a única coisa que mudou é que esse Governo tem trazido ao conhecimento da população o momento e a hora que vai faltar água nos bairros, antigamente não se trazia porque a incompetência não era assumida.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Queria dizer, que na verdade as palavras do Deputado Rossoni, do Deputado Vanhoni, esse debate é indispensável para que nós possamos esclarecer essa situação. Porque na verdade é o seguinte: se a SANEPAR tem problemas de caixa e é uma empresa que tem uma receita de quinze milhões de reais, claro, vamos discutir a situação financeira da SANEPAR.

Acredito até mesmo que nos últimos dois anos não tivemos investimentos por parte da Caixa Econômica Federal via recursos do FGTS, e a SANEPAR com o Governo do Estado tiveram que bancar sim programas importantíssimos neste Paraná, em Curitiba, no interior do Paraná todo, nos programas de saneamento rural, que foram programas extremamente importantes, as parcerias para a execução de esgotamento sanitário no nosso Paraná.

O Sr. Caíto Quintana - V.Exa. me concede um parte?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Na sequência, Deputado.

Participei, entre outras tarefas, do grupo de Desenvolvimento Urbano que formulou as diretrizes da campanha do então do nosso candidato Senador José Richa ao Governo do Paraná em 1982; e eu me lembro, existe lá naquele documento uma questão muito clara: onde se questionava que a perda do sistema de Curitiba era da ordem de 50% da água que era produzida. Em 1982 se questionava que era de 50%.

Acho que é verdade, Senhores Deputados, Senhor Presidente, queria dizer o seguinte: a Companhia de Saneamento do Paraná, tem os melhores profissionais da área de engenharia, a nossa empresa tem sido requisitada internacionalmente e nacionalmente, as empresas vêm aqui buscar sistemas gerenciais, vêm aqui buscar quais são os meios que essa Companhia com tanta competência consegue tocar o seu sistema. E não é por politicagem agora, nós paranaenses que sempre nos orgulhamos de que as nossas empresas públicas, o nosso banco, foram preservados das ações políticas.

Se o Governo do ilustre e eminente Governador Lerner não está conseguindo produzir fatos positivos na sua administração, não se queira ele copiar no exemplo terrível do Mário Covas em São Paulo de transformar o seu Governo numa quase CPI para querer discutir, para querer na verdade tampar com encerado a verdade, que é que nós passamos, graças a Deus, às mãos do Governador Lerner.

Passamos uma cadeira limpa, passamos um Governo com mãos honradas porque administramos com competência, e eu tenho sim, nobre Deputado Rossoni, saudades de que quando o Governo existia no Paraná os agricultores tinham crédito com equivalência e produto disponível para custeio e para investimento. Tenho saudade dos programas que a Secretaria dos Transportes executava com os nossos Prefeitos, na Região Oeste do Paraná com as pedras (?) irregulares, eu tenho saudade sim, tenho saudades de todos os Programas do "Bom Emprego", da "Casa da Família" que aliás, reconheço, o Secretário Deni continua e continua bem a obra de habitação, e trabalha, está um fato positivo do Governo Jaime Lerner que é o Projeto das Vilas Rurais que eu, particularmente acho muito interessante e terá sempre o meu apoio em todos os momentos pela sua abrangência.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, acho que nós Deputados aqui, acima das paixões, paixões partidárias, temos que trabalhar com a verdade. Gostaria de convidar o ilustre Líder do Governo Deputado Algaci Túlio para que ele convidasse como fez, o Presidente do BANESTADO o Dr. Fayet, para que viesse debater. É um convite que eu gostaria de fazer ao Presidente e sua Diretoria, para debater a questão da água em Curitiba, porque técnicos, profissionais competentes a SANEPAR tem. Temos é que ter a coragem de esclarecer tudo isso à população.

Concedo o aparte ao ex-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná Deputado Nelson Justus.

O Sr. Nelson Justus - Obrigado, Deputado Romanelli.

Quero inicialmente cumprimentá-lo, mas cumprimentá-lo pela coragem. V.Exa. é realmente um homem corajoso. E me faz muito bem lembrar aquela máxima do Deputado Anibal Khury daquele pensador inglês que diz que a Inglaterra só ficaria grande na hora que os homens de bem tivessem a mesma coragem que os canalhas. V.Exa. é realmente corajoso. Corajoso em vir aqui nesse momento e pedir que a SANEPAR seja efetivamente passada a limpo para todos os nossos paranaenses. E sou um dos defensores como ex-Sanepariano, sou um dos defensores desta idéia.

A SANEPAR, Deputado Romanelli, há um bom tempo não tem sido mais o orgulho dos paranaenses como ela sempre foi, e não responsabilizo, em hipótese alguma, essa ou aquela gestão, responsabilizo sim os governantes do nosso Estado que não souberam valorizar os funcionários, os técnicos competentes que a SANEPAR tinha e tem em número muito reduzido hoje.

Mas, apenas para explicar rapidamente ao Deputado Vanhoni, a chuva muitas vezes ao invés de ajudar atrapalha o Saneamento da nossa cidade. Então não se pode alegar que em virtude das chuvas não se possa ter racionamento.

Mas, Deputado Romanelli, da mesma maneira que fui aqui nessa Casa favorável, imediatamente favorável a que o Presidente do BANESTADO viesse aqui explicar as razões do assunto "Panela Cheia", também concordo, mas amplio um pouco isso, que esta Casa realmente estabeleça um debate e se traga toda a verdade da SANEPAR, e faço questão de dizer isso na presença de um ex-Presidente da SANEPAR aqui no Plenário. É muito importante que a verdade apareça para que todos saibam o que efetivamente está acontecendo com a Companhia de Saneamento do Paraná. Digo isso como ex-Sanepariano, como ex-Presidente da SANEPAR, como alguém que imagina ter algum conhecimento do assunto. É muito importante, eu cumprimento V.Exa. porque realmente a população está gritando, está assustada. Se a medida foi drástica ou não, e até concordo em partes com V.Exa. quando diz que a medida foi um pouco drástica porque a população está assustada, na minha casa ontem faltou água, e sei como é duro, como é difícil faltar água na casa da gente, então imagino aquelas casas que estão há três, quatro dias sem água.

Temos sim é que sair do discurso e passar para a prática, agora com a verdade, parabéns pela coragem, Vossa Excelência é muito corajoso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Queria, na verdade, concluir, porque o meu tempo está sendo esgotado, queria dizer o seguinte, que já diz o nobre ilustre Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, que certamente, Deputado Nelson Justus, essa questão que o senhor aborda é uma questão líquida e certa, porque na verdade é o seguinte, se a família curitibana hoje da periferia quiser ter água, ela tem que colocar as painelas e os baldes para ter água para lavar os seus pés e lavar a sua roupa.

Acho que temos que ter a responsabilidade política de fazer com que o gerenciamento esteja acima das questões políticas, se até o dia 31 de dezembro não faltava água em Curitiba, porque passou a faltar

água no final de janeiro, passou para uma decisão política do Presidente da SANEPAR, que eu tenho certeza, que o Governador Jaime Lerner, que é um homem sensível, não compactua com isso que está acontecendo, porque certamente ele está sendo enganado, na sua boa fé por aqueles que ele muitas vezes até, generosamente, nomeou para cargos que ele acreditava estarem preparados, que se restabeleça na SANEPAR o gerenciamento e se o governo não tiver os seus técnicos, nós do PMDB, nós temos os profissionais que podem tocar a SANEPAR e num prazo muito curto de três ou quatro dias, acabamos com o racionamento de água em Curitiba.

Era isso. Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria já de pedir ao Deputado Romanelli, que na segunda-feira, estarei entrando aqui na Casa com um pedido de CPI na SANEPAR, e gostaria de contar com a sua assinatura para fazermos um levantamento da realidade que nós aqui Deputados; talvez não estejamos enganados nas nossas posições.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só gostaria de dizer ao nobre Deputado Rossoni, que concordo, desde que seja a CPI para investigar a atual administração no seu sistema gerencial.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Vou pedir uma CPI para investigar a SANEPAR. Agora, quem governou o Paraná e o Senhor disse aí na tribuna que foi o seu PMDB, não foi o meu PDT.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Senhor Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente. Só gostaria de dizer que usarei o Horário da Liderança para depois falar a respeito da SANEPAR que não foi permitido aparte pelo nobre companheiro, para depois falar sobre a falta de água em alguns locais do interior, ocasionada pela SANEPAR no passado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedido já o seu registro na hora oportuna.

Antes de passarmos ao Horário das Lideranças, é com satisfação que a Mesa Executiva, através do Deputado Augustinho Zucchi registra a presença em Plenário, do ilustre Prefeito Enio Seme, Prefeito de Chopinzinho, acompanhado por Lideranças daquela grande cidade.

Com a palavra o representante do P.P.

(Declina).

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Só queria registrar a presença em Plenário do Prefeito de Saudade do Iguaçu, nosso companheiro Pedro Fontana.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Nos associamos a ilustre presença também mencionada pelo Deputado Nereu Moura. Com a palavra o líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Gostaria até que o horário do PMDB fosse posterior as possíveis colocações dos demais partidos, com a questão do racionamento de água em Curitiba.

Lamentavelmente, estamos sucedendo o nobre companheiro Romanelli.

Espero, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, que mais uma vez não se use critério político de alto afirmação de governos, esquecendo a população.

Há uma realidade que Curitiba e região Metropolitana vive na questão de racionamento d'água e me desculpe Deputado Nelson Justus, Vossa Excelência que foi inclusive Presidente da Companhia de Saneamento e que por certo, nessa CPI anunciada por Vossa Excelência, serão levantados os valores aplicados na SANEPAR, naquele período como também os valores aplicados na SANEPAR neste período colocado aqui pelo nobre companheiro Romanelli, dados claros que mostram a capacidade de produção maior do que a necessidade de consumo, mas é indiscutível a falta de gerenciamento.

Deputado José Maria, racionamento de 30 horas é a forma mais equivocada de se proceder racionamento numa Companhia. As caixas d'água nem dos edifícios têm condição de suporte de 30, 40 horas sem água.

Um gerenciamento melhor, mais competente, mais humano e mais interessado na defesa da sociedade, teria redistribuído um racionamento, num período, por exemplo, Deputado Pessuti, de dez horas que uma caixa d'água que uma família suporta e racionalizando o consumo da água, ficaria sempre com um pouco de água na caixa.

30 horas, por mais que racionalize, por mais que não tome banho, a caixa ficará vazia, durante o período de racionamento. A questão é racionalização - não é a questão de nós fazermos o que está sendo feito.

Assusta-me Senhores Deputados, o que pode estar atrás disso e deixo aqui um alerta, porque o futuro na vida administrativa é a maior prova das coisas que podem acontecer.

Algumas coisas só podem acontecer. Algumas coisas só podem justificar um racio-

namento dessa ordem, depois de termos passado uma seca violentíssima nos meses de outubro, novembro e dezembro e não houve necessidade de fazer racionamento.

Exatamente nos meses em que não temos problema de água nos reservatórios, é que nós partimos para um racionamento de 30%, nobre ex-Presidente Stênio, dividido em três setores, o que significa 33% da Cidade de Curitiba constantemente em racionamento de 30 horas.

Poucas coisas podem levar a isso.

A intenção política mesmo que custe o sacrifício da sociedade, de tentar macular governos anteriores, ou o desejo de Vossa Excelência num aparte, Deputado Rossoni, falou em investimentos e situação financeira, alerta a sociedade, pode estar com isso tentando um tarifaço desumano em cima do problema de água e de esgoto de Curitiba e um outro assunto, aliás bastante disputado e discutido no Brasil de hoje.

Quem diz que amanhã não se esteja pensando exatamente por criar um caos numa companhia que sempre gerou orgulho para o Paraná, de se começar a falar nessa Casa, de se começar a falar na área do Executivo, em privatização do sistema de água de Curitiba, que é rentável e que dá suporte aos sistemas deficitários das cidades pequenas do interior do Paraná.

Gostaria de ver uma discussão sim, talvez uma convocação, Deputado Nelson Justus para prestar esclarecimento.

A Assembléia não pode se transformar numa Casa de CPI demorada por 120 dias a qualquer assunto que se levante aqui.

Muito mais justo e muito mais prático é que convoque a autoridade competente para num dia, participar, dar as declarações, ouvir os Senhores Deputados, conversar com técnicos e dar soluções aos problemas.

C.P.I. é um instrumento parlamentar que não pode ser usado como temos usado muitas e muitas vezes nessa Casa, título de Cidadão Honorário que acaba desmerecendo o valor da própria CPI, quando ela não vai à investigação dos fatos que deveria, se prorroga e se prolonga e o sofrimento da sociedade continua sendo prolongado.

Tenho medo Deputado Nelson Justus. Respeito as posições de Vossa Excelência, nesta Casa, mas disse muito bem os companheiros que apartearam o Romanelli: que há problemas na SANEPAR.

Existia em novembro, existia em outubro, existia em maio do ano passado. Existia em janeiro do outro ano, no entanto a SANEPAR nunca colocou a sociedade de Curitiba num racionamento de 30 horas. Volto a dizer e espero que Vossas Excelências e Bancada do Governo discutam com a SANEPAR a possibilidade, se necessário manter o racionamento, mantendo por menos

tempo, por 10 horas. Redistribua o racionamento para que as caixas d'água possam continuar cheias pela racionalização durante o período em que o racionamento continuar. Não há como! Moro no mesmo prédio há dez anos, nunca vi racionamento que comprometesse a possibilidade de água daquele prédio.

Esporadicamente 10 horas se tinha de racionamento, hoje 30! Acaba a água e as pessoas não têm onde buscar.

O Sr. Nelson Justus - Me permite um aparte?

(Assentimento).

Quero mais uma vez, Deputado Caíto, retificar aqui o meu ponto de vista. Em momento algum do meu pronunciamento falei em CPI da SANEPAR, não falei em CPI. Quis exatamente, falar em uma alta discussão e cumprimentei o Deputado Romanelli por isso, uma alta discussão a nível de como se encontra o saneamento do nosso estado.

Isso não é privilégio e está aqui o ex-Presidente da Cia de Saneamento, nosso companheiro Stênio Jacob.

Não é privilégio do Paraná. O saneamento do Brasil inteiro encontra-se numa situação difícil e quem trabalhou com saneamento sabe disso.

O que efetivamente acontece, Deputado Caíto, é que estamos aqui e eu até de maneira liberal estou em meu nome e não em nome do Governo, em meu nome pessoal, sendo favorável a esses embates como democrata. O que não aconteceu no governo passado quando se queria trazer aqui para discussão, e esse é o local de discutirmos esses assuntos, no governo passado não se permitia de maneira alguma que se viesse aqui trazer as pessoas competentes e pertinentes ao assunto. Acho muito importante que este assunto seja debatido. Também concordo com Vossa Excelência quando diz e fui claro no meu pronunciamento, que achava um pouco drástico demais esse racionamento de 30 horas. Agora, eu não posso concordar que o racionamento está acontecendo agora. É só andar um pouco pelos bairros: o Bairro Alto sempre faltou água, na Região Metropolitana sempre faltou água e onde existem situações em horários de pico sempre faltou água.

O que é preciso se levantar e se debater aqui, nesta Casa, é por quê nós chegamos a um caos onde nos encontramos agora ao ponto de eu dizer que, infelizmente, a nossa Companhia de Saneamento do Paraná, há um bom tempo não serve mais de orgulho para nós, paranaenses.

Então é importante que se discuta - e eu concordo com V.Exa. que esse é o fórum de debates para que nós tragamos para cá toda a verdade da Companhia nua e crua.

Por isso cumprimentei o Deputado Ro-

manelli pela coragem. Porque temos, realmente, que passar a limpo a Companhia de Saneamento do Estado e trazer uma resposta a toda a população que está, como nós todos, aflitos por não termos esse líquido precioso nas nossas torneiras. Acho muito importante que haja esse debate. Disse bem o Deputado Ricardo Chab, até nos demoramos um pouco para que isto acontecesse, porque a população está gritando. Quem trabalha com comunicação, como muitos Deputados nesta Casa, estão ouvido diariamente o grito da população. É importante que isto ocorra e que nós tragamos aqui para esta Casa a verdade e é isto que estou debatendo e por isso cumprimentei e cumprimento por extensão V.Exa. pela coragem.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Certamente, este assunto vai ser muito discutido neste Plenário ainda. Eu só deixo uma sugestão, nobre Deputado Nelson Justus, V.Exa. que é Líder de um Partido e foi Presidente da Sanepar, enquanto esta discussão houver para que a comunidade não pague um preço tão caro, V.Exa. tem reais condições de conversando com o Presidente da SANEPAR mostrar-lhe de que o racionamento de trinta horas é totalmente falho porque ele supera a capacidade de reserva nas caixas das famílias. Talvez fosse muito mais importante racionalizar em menor quantidade, ou então, em maior quantidade de dias, mas com menor tempo, os bairros subdivididos, por exemplo, em dez horas de racionamento que já não faltaria água na caixa das famílias.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. ALGACI TOLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, temos a satisfação de receber hoje aqui na Casa as crianças que fazem parte do projeto PIA da Vila Oficinas. Uma idéia extraordinária do ex-Prefeito Jaime Lerner e que tem a seqüência do Prefeito Rafael Greca de Macedo. São as crianças que durante o horário normal de aula estão nas suas salas de aula e no outro período vão para o PIA onde aprendem outros tipos de afazeres outras aulas que recebem das nossas orientadoras. Estão as crianças acompanhadas pela orientadora: Marli Stanzik, pelas estagiárias, de Artes e Ciências, a Simone Ferreira; e a Sandra Mercer. Estão aqui conhecendo a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná percorrendo todos os setores da Assembléia e certamente voltam para suas casas, provavelmente satisfeitas e curiosas porque tem uma oportunidade rara de vir a uma Casa Legislativa acompanhar os debates e conhecer como funciona a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Registro também a presença da Direto-

ra: Dirce M. Kaminski Fredman, auxiliar de educação, Edna Terezinha Pereira, a Maria Terezinha Ramos Sanches, a Neusa Aparecida da Silva, Jonas Galhardo Barbosa, Orizon dos Santos Diniz Júnior, e 85 crianças hoje então aproveitaram a manhã do PIA da Vila Oficinas para conhecer a Assembléia Legislativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa Executiva através do Presidente Anibal Khury, do 1º Secretário, Luiz Carlos Martins, do 2º Secretário, Nelson Garcia e de toda a sua composição, do primeiro, segundo, terceiro e quarto Secretário, se associam a esta visita destas crianças juntamente com as suas orientadoras, professoras e queremos que não fique tão somente nesta primeira, mas numa seqüência de visitas para que essas crianças que no dia de amanhã haverão de assentar na posição que hoje ocupam, que sejam felizes e que Deus continue com eles.

Com a palavra o ilustre Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - (LE):

"PARTIDO PROGRESSISTA

Discurso pronunciado pelo Presidente do PP, Álvaro Dias, durante a Convenção Nacional dia 08 de março de 1995.

Prezados Companheiros,

Há momentos críticos na vida de uma nação em que, sem dúvida alguma, se decide literalmente o seu futuro.

Penso estarmos hoje diante de uma dessas encruzilhadas históricas, obrigados a escolher, sem adiamentos ou subterfúgios, o rumo a seguir.

Foi-se o tempo em que podíamos embalar sonhos de grandeza, fundados no mito do país do futuro. Dissipada a ilusão de que a grandeza e a prosperidade viria inevitavelmente, amadurecemos, reconhecendo que temos de assumir, com firmeza, a responsabilidade de pensar e querer o futuro. Somos confrontados, durante, com a exigência de construir, na liberdade, o nosso projeto de Nação.

Vivemos a última década antes do 2000.

Testemunhamos profundas rupturas, em nível mundial.

Caíram barreiras, referência, mitos e muros. A História, ficou demonstrado, não cabe em teorias. O capitalismo continuou produzindo miséria, mas o socialismo avançou sem conseguir eliminá-la. O que hoje apelidamos de modernidade produziu um mundo bem menor que a humanidade, um mundo em que sobram milhões e milhões de seres humanos.

Olhemos um pouco o nosso mundo, pois uma visão global é necessária para captarmos o sentido dos acontecimentos que nos concernem mais diretamente, e assim, poderemos agir conscientemente como sujeitos históricos.

A economia mundial atravessa uma recessão de causas estruturais sem precedentes por sua abrangência. Uma recessão que se iniciou nos anos 80 e teve como consequência maior o declínio dos Estados Unidos como centro econômico hegemônico, abrindo uma fase de reacomodações de forças com reflexos de difícil previsão para a América Latina.

Por outro lado, o amplo processo de construção das economias do leste europeu, permitindo ali uma nova fronteira dinâmica da economia capitalista, aliado à integração dos países da Europa Ocidental, reforça os grandes grupos transnacionais.

O avanço da internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos debilita os sistemas econômicos nacionais, afrouxando vínculos históricos de solidariedade e acentuando disparidade de nível de vida.

É importante visualizarmos esses ajustamentos estruturais globais em curso, a fim de identificarmos o espaço em que faremos nossas opções históricas. Como preservar nossa identidade cultural e nossa unidade política em um mundo dominado por grupos transnacionais que fundam seu poder no controle da tecnologia, da informação e do capitalismo financeiro, é a questão-chave.

O nosso desenvolvimento econômico, durante três séculos, baseou-se na exploração extensiva dos recursos naturais. Só no presente século a economia brasileira deixou de apoiar seu dinamismo na depredação e passou a apoiá-lo, fundamentalmente, na assimilação de avanços tecnológicos e na acumulação de capital reprodutivo, graças ao processo de industrialização iniciado na década de 30.

Nesse momento, no quadro da grande depressão mundial, coube ao Estado um papel decisivo na estratégia de desenvolvimento adotada. Ao longo de alguns decênios, o País se estruturou e permitiu o surgimento de uma nova realidade social: ampliação do número de ricos e uma classe média em formação que ocupava espaços crescentes e assumia posições de lideranças.

A crise do dólar e os choques do petróleo redundaram no superendividamento dos países do Terceiro Mundo, dentre os quais o Brasil. Esta a origem da crise atual, que pode e deve ser enfrentada com vontade política e lucidez. Este é o desafio que se coloca, em primeiro lugar, para o novo governo.

Mas esse desafio não pode ser superado

de qualquer forma, nem a qualquer preço.

A crise econômica, especialmente a partir de 80, redundou, claramente, na deterioração da capacidade de autogoverno de que o país dispunha, reduzindo a eficácia dos instrumentos de política macroeconômica, cuja margem de manobra diminuiu mais ainda em função dos compromissos assumidos perante as instituições financeiras internacionais (FMI, especialmente). Isto indica que um esforço maior de poupança pública e privada e maior disciplina e transparência no uso das divisas (medidas necessárias para que o país aumente sua capacidade de autofinanciamento) somente terão validade se se recuperar as finanças públicas e disciplinando os fluxos monetários e financeiros.

É exatamente isto que o atual Governo da República pretende. E é isto que nós, Partido Progressista, apoiamos.

Para que tais medidas se concretizem, não há dúvida de que é inadiável a reforma constitucional, com a flexibilização das amarras que impedem o que se convencionou chamar de governabilidade. Como participante do Conselho Político do governo, o PP tem discutido as reformas necessárias e dará seu apoio àquelas que forem definidas em procedimento consensual.

No entanto, é fundamental que o PP estabeleça, de forma clara e transparente, alguns parâmetros básicos.

A modernização do Estado aponta para algumas situações que não se confundem com as propostas de uma linha neoliberal que prega a totalização do mercado e alinha contra qualquer intervenção estatal e qualquer influência política no mercado.

Não acreditamos na ideologia do mercado total. O próprio pensamento liberal clássico vê o mercado como o centro da sociedade, em redor do qual é preciso empreender atividades corretivas que o mantenham dentro dos limites. Ou seja, afirma a necessidade de se ter uma mão visível ao lado da mão invisível. O Estado tem, portanto, uma função. Análise feita pelo próprio Banco Mundial (1991) constata que, mesmo depois de 5 anos e governo Reagan e quase 10 da era Thatcher, houve forte progressão do Estado tanto nos EUA quanto no Reino Unido.

A meta de um Estado mínimo não pode justificar um processo de privatização atabalhado e caótico, engavetando a questão essencial do como e a quem serve o Estado. Se os ricos e os privilegiados não têm necessidade do Estado, dele dependem os pobres e marginalizados. Num país como o nosso, com uma imensa maioria de pobres e quase 35 milhões de indigentes (misérrimos), o Estado não pode ser minimizado, a não ser que se opte pela rota do naufrágio social, da farsa econômica e do desastre

político. A realidade com a qual temos que trabalhar é a de um Estado redimensionado em termos de racionalização e eficiência, buscando soluções institucionais mais flexíveis e democráticas para o melhor funcionamento da administração pública.

Por outro lado, a questão da privatização deve ser compreendida num sentido mais amplo, como caminho para uma nova articulação entre Estado e sociedade.

Quando se fala que o Brasil gasta mal, é importante notar que essa malversação dos recursos não é apanágio do setor público. Estudo do Banco Mundial constata que a má gestão dos recursos, o desperdício, existe tanto no conjunto da economia brasileira, em busca de maior produtividade social, superando uma cultura organizacional centrada no curto prazo e no canibalismo econômico.

Portanto, mais que se falar em mudanças, urge saber geri-la, percebendo os grandes eixos de mudanças que atingem a sociedade neste fim de século: o progresso tecnológico e a internacionalização do espaço mundial, a urbanização crescente, as polarizações entre ricos e pobres.

Urge um novo paradigma de Estado, com ênfase naquilo que constitui o cerne verdadeiro da modernidade: a construção da cidadania efetiva.

O Partido Progressista apoiará todas as reformas que têm por objetivo o desenvolvimento nacional e a melhoria concreta das condições de vida da maioria da população. Não se pode falar em modernização do Estado e ingresso numa nova ordem mundial, enquanto continuarmos achando suficiente um salário mínimo de 70 reais. Como pode o nosso País pretender ingresso no Primeiro Mundo, mantendo a escravidão branca da sua população assalariada.

O PP apoiará a modernização, a reforma do Estado, a privatização daqueles setores que não são fundamentais, conquanto o resultado disto tudo seja claramente direcionado para a promoção da justiça social. Não há modernidade sem cidadania, e não há cidadania sem direitos sociais, dos quais o fundamental é o direito a um salário digno, não podemos continuar exigindo sacrifícios dos pobres e excluídos, criando dois tipos de futuros: o futuro já para os privilegiados, e o futuro para além do horizonte para os marginalizados.

Sabemos que as utopias fazem parte da condição humana. Mas ela não pode, nem deve ser a sacralização das injustiças presentes. Construir a modernidade deve significar construir uma sociedade que respeite a vida de cada um dos seres humanos e da natureza, sem sacrificá-los a nenhuma perspectiva de progresso no futuro. E nisto o PP estará empenhado com todas as suas forças.

Esse é o pronunciamento feito ontem em Brasília na Convenção Nacional do PP pelo nosso Presidente Álvaro Dias, reconduzido por essa Convenção, e que sintetiza o debate, as discussões, o entendimento enfim, e sinaliza as posições do Partido, tanto a nível de Congresso Nacional neste momento importante da vida Nacional que estaremos enfrentando doravante com a revisão constitucional, como também para os demais Parlamentares da Assembléia Legislativa, Vereadores e assim por diante.

Juntamente com a Deputada Irondi Pugliesi, Deputado Neivo Beraldin que compõe a Bancada do PP do Paraná da Assembléia Legislativa, outras lideranças do Estado e a nível Nacional, fizemos ontem uma magnífica convenção; com a participação ativa e efetiva das Lideranças Nacionais, onde foi sufragado por unanimidade a chapa denominada Nelson Carneiro em homenagem ao ex-Senador, monumento à dignidade da Política Nacional, que com seus 85 anos se deslocou do Rio de Janeiro para prestigiar e participar da convenção. Aliás, a convenção foi muito prestigiada, volto a reafirmar, com representante indicado pelo Presidente da República para se fazer representar, com a passagem por aquele recinto das maiores lideranças a nível nacional, com o prestigiamento de praticamente todos os Partidos que se fizeram presentes. Solicito ao final que esse pronunciamento e que a chapa que compõe o diretório, como também a chapa que compõe a executiva, que continua sendo presidida pelo paranaense Álvaro Dias, seja transcrita nos Anais da Assembléia Legislativa Senhor Presidente. Concedo um aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Sérgio Spada, me permita ao apartear-lo, o faço para cumprimentar Vossa Excelência, Líder do PP, e cumprimentar o ex-Governador Álvaro Dias pela sua eleição, reeleição à Presidência Nacional do PP. É realmente de grande orgulho a nós paranaenses termos na figura do ex-Governador Álvaro Dias o Presidente Nacional de uma agremiação tão forte quanto o PP passa a ser e é no cenário estadual e nacional. Por outro lado, nobre Deputado, a reeleição do Governador Álvaro Dias na Presidência do PP é a certeza a todos nós que mais um paranaense está sistematicamente sentado à Mesa do Conselho Político do Presidente da República e certamente nessa reunião do Conselho Político mais informal, mais íntima e mais aberta, sempre estará defendendo como sempre fez, os interesses do Paraná. É um orgulho para nós, independente de sigla partidária, mas para nós paranaenses a reeleição do ex-Governador Álvaro Dias e a certeza de contarmos com mais um paranaense no Conse-

Iho político da Presidência da República.
Parabéns!

O SR. SÉRGIO SPADA - Agradeço sensibilizado em nome da Bancada do PP e também em nome do nosso Partido Nacional do PP Alvaro Dias as palavras generosas da liderança do PMDB nessa Casa. E certamente PP, PMDB, PSDB, PFL, PDT, partidos que integram o conselho, aliás o PDT não faz parte do conselho, mas partidos que integram o conselho político do Presidente da República, partidos que dão sustentação ao Governo Federal nesse momento crítico e decisivo, estarão falando as mesmas linguagens, defendendo as mesmas posições para colocar o Brasil nos trilhos e fazer com que esse País saia desse marasmo e entre efetivamente numa era de desenvolvimento. E o PP tendo sua bancada composta por 39 Senhores Deputados e cinco senadores, certamente um papel importante nesse momento da vida nacional.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Deputado ex-Prefeito de Londrina Antônio Belinati.

O Sr. Antônio Belinati - Nobre Deputado Sérgio Spada, devidamente autorizado pelo Líder da nossa Bancada Valdir Rossoni, aproveitamos o pronunciamento de V.Exa. para que em nome da Bancada do PDT transmitirmos os cumprimentos ao ex-Governador Alvaro Dias pela sua reeleição no comando do PP. É realmente como disse o Deputado Caíto Quintana um orgulho para nós porque é um paranaense que está no comando, um grande Partido.

Então em nome do PDT meus parabéns, congratulações ao PP que reconduziu o ex-Governador Ávaro Dias.

O SR. SÉRGIO SPADA - Agradeço sensibilizado as palavras de apoio e solidariedade e cumprimentos do PDT que se faz presente nessa Casa.

Sr. Presidente, quero aproveitar a zes no Jornal Nacional e uma delas no Fantásticamente foi substituída toda cúpula da Polícia Civil da 6ª Sub-Divisão Policial sediada em Foz do Iguaçu. Seis novos delegados, mais de vinte agentes, escrivães, superintendentes e assim por diante. A partir dessa substituição o comando da Polícia Civil em Foz do Iguaçu houve efetivamente uma melhora dos serviços prestados ao Estado à comunidade. Mas estranhamente Sr. Presidente, na semana passada vimos com estranheza a insistência da maior rede de televisão no Brasil, Rede Globo veicular notícias em cadeia nacional, duas vezes no Jornal Nacional e uma delas no Fantástico, de uma reportagem que revela o lado da falta de segurança naquela cidade. Obviamente uma notícia como esta, repetida

várias vezes como foi feita pela Rede Globo traz um prejuízo enorme para nossa cidade que vive basicamente do turismo, leva, transmite para a sociedade brasileira cerca de 100 milhões de pessoas que assistem o Jornal Nacional a informação de que Foz do Iguaçu não há segurança em absoluto. E lógico, isso afasta o turista, o turista que não vai mais no Rio de Janeiro está se afastando de Foz do Iguaçu. Notícias como essa afasta muito mais ainda o turista. Sinceramente não consigo entender porque é que uma rede de televisão do porte, da estrutura, da importância da Rede Globo coloca no ar três vezes seguidas, inclusive uma delas no Fantástico uma notícia da falta de segurança num ponto, num foco isolado, mas especificamente num colégio de Foz do Iguaçu onde o problema já foi sanado. Vejo atrás disso o dedo de alguém, o interesse em querer prejudicar esses profissionais da área de segurança que estão atuando em Foz do Iguaçu, digasse de passagem com muita competência, com muito dinamismo fazendo um bom trabalho na área de segurança. Parabenizo o Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Dr. Cândido Martins de Oliveira e faço esse alerta porque não sei o que há por traz destas notícias, senão daqui a pouco até com o intuito de enfraquecer o trabalho que essas pessoas estão fazendo naquela cidade de fronteira como todo mundo sabe um local difícil de se fazer segurança pública. E finalizo deixando registrado nessa Casa o meu agradecimento ao Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento pela decisão tomada em audiência que tivemos com o Juiz Dr. Sérgio L. de Lima e o Vereador e advogado Dr. Cláudio Morato de Foz do Iguaçu de construir imediatamente o Fórum da Cidade de Foz do Iguaçu porque o que lá está não suporta mais o grande número de processos que estão tramitando nas suas varas, cerca de dez mil e foi construída há 40 anos atrás, portanto totalmente defasado com relação ao tamanho e importância da cidade. Meus agradecimentos à justiça do Paraná através da pessoas do Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento Presidente do Tribunal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiramente gostaria de agradecer a liderança do PPR através do Deputado Seleme que também cedeu horário para que eu pudesse falar.

Primeiramente gostaria de deixar bem claro que essa história da cabrita que está por aí, que a imprensa noticia, e al-

guns até ironicamente divulgam o fato, não foi o Jocelito o único do Paraná que fez isso. Já me conta a história de que como Presidente do Atlético aqui do Paraná o Deputado Anibal contratou um jogador e pagou até com uma cabra. Então há história da cabra, eu não sou o primeiro desse Parlamento. Quero deixar bem claro que o Deputado Anibal Khury certa vez contratou um atleta chamado Ladin e deu a ele leite de Cabra, quero deixar registrado aqui nesta Casa.

Mas gostaria de falar a respeito da SANEPAR que gerou já alguma polêmica na Sessão de hoje. Em primeiro lugar acho que o Deputado Romanelli foi um tanto infeliz ao dizer que o nosso Governo, o Governador, não houve responsabilidade política ao indicar o Presidente da SANEPAR. Eu já penso o contrário, acho que o Governador foi muito responsável ao indicar o novo Presidente da SANEPAR. Primeiro porque ele indicou não um político, mas indicou um homem técnico, indicou lá um homem capacitado e que há muitos e muitos anos serve o corpo da SANEPAR. Então acho que o Governador não foi infeliz, ele foi feliz porque ele indicou lá um técnico que haverá de que, com transparência, não com demagogia, não com mentiras, resolver os problemas da SANEPAR. E a SANEPAR não é esse mar de rosas que se diz por aí não. Eu trouxe recentemente até a SANEPAR uma reivindicação dos moradores de uma das cidades que mais produz nesse Paraná, e a população mais pobre, mais simples que lá está naquele distrito está há muitos anos sem receber água, com dificuldades por falta de água. E eu levei até o novo Presidente da SANEPAR que não é irresponsável, levei a ele essa preocupação, levei um abaixo-assinado dos sofredores moradores de Carambeí, principalmente da parte baixa da cidade.

Então quero deixar claro ao Senhor Presidente e Senhores Deputados, fica registrado nessa Casa que o Presidente da SANEPAR não é político, é técnico, autorizou para Carambeí que seja imediatamente feita a contratação necessária para resolver o problema. Então o Presidente da SANEPAR não é irresponsável.

O Presidente da SANEPAR é um cidadão técnico - que conhece a SANEPAR e que eu acho que na sequência, tenho certeza, haverá de resolver até os problemas que eu desconheço, porque não moro em Curitiba, mas queria deixar registrado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de que lá, Carambeí, Carambeí da Batavo, Carambeí da Produção. Falta água há muitos anos. Empurram com a barriga e não foi o governo de Jaime Lerner, que fez não. Isso são coisas, e não adianta com política, dizer que agora é política. Porque é que não fi-

zeram? O Presidente da SANEPAR autorizou, de imediato, resolver o problema na cidade de Carambeí.

Então eu gostaria de deixar registrado esse meu desabafo aqui, de que é fácil falar, mas o difícil é fazer e a SANEPAR, através desse novo Presidente, Carlos Afonso Teixeira, resolveu o problema lá em Carambeí, problema que atingia toda a comunidade e eu gostaria de deixar aqui esse registro...

Deputado Romanelli a democracia me ensina que todos devemos parlamentar, mas também me ensinaram, lá no Rio Grande do Sul, que quando não dão oportunidade para a gente, a gente também não deve dar para os outros.

Não concordo com o aparte, Senhor Presidente e encerro as minhas palavras dizendo que a SANEPAR do Paraná ainda será uma das melhores.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. LUIZ C. ROMANELLI (Pela Ordem) -

O Deputado Jocelito Canto citou como se fosse eu um cão pestilento que tivesse na verdade ido àquela tribuna e irresponsavelmente ter feito alguns questionamentos sobre a atual direção da Companhia de Saneamento do Paraná.

O nobre Deputado tem que ter a responsabilidade política, porque exerce nessa Casa um mandato que foi conferido pelo povo, vem à tribuna saber de quem está falando e sobre o que está falando.

Eu ficaria muito satisfeito se os Deputados de Curitiba, que conhecem Curitiba, conhecem o sistema e até quem conhece a história pessoal do Presidente da SANEPAR, pudesse defendê-lo, porque o Senhor Jocelito não conhece o Presidente da SANEPAR.

Por isso é que ele tem que ter a responsabilidade política e não ser ele um instrumento para apenas ir à tribuna, gravar pronunciamentos e depois colocar no programa de Rádio de Ponta Grossa.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Senhor

Presidente não conheço Curitiba, o problema de Curitiba, mas eu conheço o de Carambeí e era o governo do PMDB que fez. Não conheço o problema de Curitiba, e o Senhor na condição de Deputado que foi que questionou a responsabilidade política do atual governo, mas em Carambeí o problema foi resolvido e aqui não.

Aqui não foi resolvido, mas lá em Carambeí foi resolvido. então eu não conheço a situação daqui, mas eu falei da situação de lá, como se a SANEPAR fosse um mar de rosas, mas eu estou dizendo ao Senhor que

através daquilo que recebi de Carambei não é um mar de rosas. Então não adianta querer tapar o sol com a peneira.

Era isso que queria deixar claro, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para ilustração dos novatos.

"O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que solicitar "pela ordem", mas poderá cassá-la desde que o orador não indique desde logo o Artigo do Regimento Interno que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos".

PT com a palavra.

Com a palavra o Senhor Pêricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Diante de notícias extra-oficiais que tivemos desde ontem sobre as obras do canal extravasor do Rio Iguaçu e as questões que circulam por esta Casa de que o Senhor Governador do Estado, Senhor Jaime Lerner tinha rasgado ordens de serviço dentro do Palácio Iguaçu e retirado as máquinas que começavam a realizar esses serviços.

Acho que temos o direito de solicitar ao Líder do Governo para que esclareça. Não só aos Deputados desta Assembléia, mas ao povo paranaense sobre a forma como teve início essa obra. O nosso requerimento pode levar até 30 dias para resposta, mas acho que em urgência temos que ter outras respostas mais rápidas e por isso solicitamos ao Líder do Governo que traga esclarecimentos urgentes.

Acompanhamos pela imprensa algumas notícias a respeito das obras do canal extravasor do Rio Iguaçu e verificamos, inclusive, fotografias com o nome de empreiteiras paranaenses e não conseguimos entender que não tenha sido feita concorrência pública para iniciar obra de tal envergadura. Se é verdade que a última lei das concorrências e licitações estabelece a possibilidade do governo dispensar licitação no caso de emergência, não parece ser esse o caso, mesmo porque, pelas notícias que temos, as obras estariam encerradas em 6 meses.

Ora, todos sabemos que as enchentes que ocorrem na Região Metropolitana no mês de dezembro e janeiro. Então, o Governador poderia muito bem gastar mais dois meses para dar publicidade ao ato licitatório e fazer a licitação pública e as obras ficarem prontas ainda antes de dezembro.

Esse é o primeiro problema. O segundo problema é um problema de raciocínio matemático simples. Por que é feita uma licitação e por que demora um certo tempo? Esse tempo é o tempo da publicidade e o tempo que as empreiteiras precisam para ela-

borar um orçamento para poder oferecer um preço para concorrência.

Então, nos causa estranheza que, de repente, sem tempo algum, o Governador vá aos Estados Unidos, consegue recursos junto ao Banco Mundial e as obras imediatamente se iniciam. Ora, isso estabelece uma suspeição nesse início do Governo de que as empreiteiras já estavam acertadas para começar a obra antes mesmo de ter conseguido recursos do BIRD. É uma suspeição. Não podemos denunciar já, por assim dizer, previamente o Governador do Estado Jaime Lerner, mas temos o direito de pedir maior esclarecimento da Liderança do Governo, mesmo porque o Deputado Algaci Túlio nos prometeu, quando apresentamos o nosso requerimento de que traria, na próxima semana, esclarecimentos sobre as obras do canal extravasor do Rio Iguaçu.

Então essas notícias de que foram rasgadas ordens de serviço no Palácio, foram retiradas as máquinas, causa suspeição sobre o governo e precisamos de um esclarecimento, o mais rápido possível.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Conseguimos já 18 assinaturas à nossa emenda à Constituição do Estado, que diz respeito ao problema dos professores, que apesar de concursados e pelo fato de serem requisitados, muitas vezes, para trabalhar no Núcleo Regional de Educação ou serem eleitos pela comunidade como diretores, não estão podendo se aposentar em regime de aposentadoria especial.

Então, estamos entrando com uma emenda e solicitamos o apoio de todos os Deputados, por tratar-se de causa justa. É evidente que se as reformas constitucionais, a nível nacional vingarem, essa emenda cairá por terra. Se for aprovada a emenda não existirá mais essa aposentadoria especial. No entanto, entendemos que a luta dos professores que começou no Paraná, ontem, no Colégio Estadual, e deve acontecer em todo o país, conseguirá barrar essas propostas do neoliberalismo, destruindo direitos adquiridos que custaram muitos sacrifícios à classe trabalhadora.

Então, por isso acho que a emenda tem uma eficiência, uma efetividade e esperamos aprovação deste Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do ex-Deputado Acir Mezzadri.

No Horário do PDT, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dentro da nova sistemática de se governar no Estado, o Governador Jaime Lerner está neste momento em Guarapuava, onde

prestigia dois eventos importantes da área educacional, que levam o Governador até aquela cidade. Um deles a celebração de Termo de Compromisso pela qualidade de ensino público, juntamente com lideranças empresariais e o lançamento do projeto dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Educacional.

O Termo de Compromisso que celebra agora pela manhã naquela cidade o Governador, com os Presidentes das Federações que representam a classe empresarial, ele visa efetivar uma verdadeira parceria em prol do ensino fundamental, tendo como horizonte a intenção de colocar o Paraná dentro de um real processo de desenvolvimento sustentado.

Já os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Educacional surgem eles como instrumento de participação da sociedade organizada em debates em torno da educação pública. O Governo entende que a melhoria da qualidade do ensino somente vai acontecer com a articulação entre os órgãos oficiais e a comunidade e assim os Conselhos possibilitarão a compatibilização das diretrizes de trabalho da Secretaria de Estado da Educação com as necessidades e prioridades locais, o acompanhamento do processo, da avaliação nos municípios e a implementação do processo de melhoria da qualidade de ensino na rede pública mediante gestões compartilhadas. Aliás, o próprio Secretário da Educação, entendendo a idéia por mim colocada da necessidade de trazeremos aqui ao Plenário da Assembleia os Secretários de Estado para fazerem uma exposição em cada uma das suas pastas, já foi aceito pelo Secretário da Educação.

E pretendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, aproveitar melhor as Sessões das quintas-feiras, que me parece, está dando assim uma impressão boa. Deus queira que nas próximas quintas-feiras elas permaneçam com este quórum, o que não aconteceu na legislatura anterior.

Realmente as quintas-feiras, e até sobre isto me reportei em várias ocasiões, às Sessões das quintas-feiras apareciam seis, sete, oito, no máximo dez Deputados, e não aconteciam as Sessões. Por esta razão até, que tive a idéia de fazer um entendimento com as lideranças partidárias de todos os partidos para que o Grande Expediente das quintas-feiras pudesse ser então utilizado por um Secretário de Estado que aqui viesse fazer uma explanação das suas pastas e serem até questionados pelos Senhores Deputados.

Acho que é um caminho bom, acho que a Assembleia cresce com esta idéia, que tenho a impressão que será do agrado dos Senhores Parlamentares. Se for do agrado dos Senhores Parlamentares, podemos já agilizar e agendar para a próxima quinta-feira

a vinda aqui do Secretário Estadual da Educação.

Para a outra quinta-feira, o Secretário Estadual da Saúde, na sequência da Segurança Pública, da Administração, na medida em que eles tiverem a disponibilidade para fazermos este trabalho.

Portanto, deixo aqui em Plenário esta minha intenção para melhorar o aproveitamento das Sessões das quintas-feiras, porque volto a dizer, tenho uma certa preocupação que das próximas quintas-feiras em diante, se não aproveitarmos melhor as Sessões das quintas-feiras, ela começa a se esvaziar, porque como as Sessões mais pesadas são as de terça e quarta-feira, a quinta-feira já os Deputados do interior viajam e é uma coisa que entendemos, alguns a necessidade de irem para as suas bases eleitorais, mas como já antecipamos da tarde para a manhã, temos a obrigação de vir, estarmos aqui nas quintas-feiras de manhã, para não ficarmos apenas nos debates que são importantes sim para a nossa democracia, para os nossos entendimentos, mas poderemos até aproveitar aqui, com a presença dos Secretários que poderão ser questionados pelos Senhores Deputados e me leva a esta atitude sob pena de que logo, logo, o Governador Jaime Lerner passe a ser responsabilizado por tudo de errado que está acontecendo neste Estado.

E herdamos um Governo há apenas dois meses e meio aproximadamente, porque ninguém pode acreditar que o Governo entrando no dia primeiro já tenha um conhecimento global de todo o Estado, da situação do Governo, de cada Secretaria.

O Governador pediu a cada Secretário que fizesse um levantamento de suas Secretarias. Porque como está acontecendo o tal caso na SANEPAR, logo o problema já passa de total responsabilidade deste Governo, e nós não podemos correr este risco.

Tenho pedido aos Senhores Secretários urgentemente que repassem à Liderança do Governo as informações para trazeremos à Casa, para que se faça então o debate, até mesmo comparativo, o que foi de errado, o que foi de bem feito, o que deve ser continuado se foi bem feito, determinado projeto o Governador dá continuidade.

A questão da Panela Cheia foi a mesma coisa, já havia sido suspenso pela direção do Banco do Estado anteriormente e de repente a culpa coube ao Governador Jaime Lerner, muito embora na ocasião tenha sido infeliz o Presidente do BANESTADO em dar aquela entrevista provocando um caos no interior do Estado, e nós reconhecemos isso, tanto que imediatamente trouxemos aqui o Presidente do BANESTADO para dar esclarecimentos.

Então, acho que a gente começa a valorizar este Plenário, que não passa a ser

trar no mérito das trinta horas aí. Outra coisa, sempre a desculpa que era dada a nós da comunicação para repassar para o ouvinte nosso era de que uma bomba tal estragou, que rompeu a dutora lá do Alto da Quinze, que rompeu da dutora de Itupava, não sei aonde, nós como não somos técnicos não podíamos contestar isso, aceitávamos, quem sabe até algumas vezes romperam as dutoras, como agora uma das razões do racionamento eram duas bombas que estavam no Rio de Janeiro desde novembro do ano passado para conserto, e só veio agora no sábado, uma bomba que pesa, me parece, cinco mil toneladas, só chegou no domingo e está sendo colocada, o que vai aliviar um pouco o racionamento. Então eu queria dar esses esclarecimentos para que se não leve a coisa apenas para o lado político.

Temos aqui na Assembléia Deputados que têm profundo conhecimento da SANEPAR, Deputado Nelson Justus, Deputados do PMDB que ficaram 12 anos mais próximos dos órgãos do Governo e que tinham uma familiaridade com os órgãos, a nós que estamos chegando agora é que agora começamos a procurar tomar conhecimento. Os próprios técnicos, secretários que estão assumindo o Governo Jaime Lerner talvez tenham até alguma dificuldade, e essa dificuldade reflete em cima da Assembléia em vetar algum projeto, em demora de algumas explicações.

Falei ao Deputado do PT, Deputado Neroni, que teve informações sobre o canal extravasor, deixei passar o Pedido de Informações, não utilizei o que podia utilizar de refutá-lo deixei passar, vou procurar trazer para você antes de 30 dias, falei que na semana seguinte traria, semana seguinte começa na semana que vem. Vou começar cobrar com exigência, que me repassem com urgência essas respostas, para que possa evidentemente responder, senão fico numa situação difícil. Evidentemente que são esses problemas de início de Governo, agora vamos procurar ver a situação da SANEPAR, semana que vem a SANEPAR vai responder, a Promotoria, a questão do racionamento, os problemas e terei esses documentos em mãos, vou trazer aqui para a Assembléia e os Srs. poderão aceitar ou contestar a informação dada pela SANEPAR.

Dou aparte ao Deputado Ricardo Chab.

O Sr. Deputado Ricardo Chab - Deputado Algaci Túlio, como comunicador - a exemplo da sua pessoa - gostaria apenas de colocar que não é de hoje que todos recebemos a reclamação de água, isso é uma coisa evidente.

Porém tínhamos naquele período das reclamações Deputado, em algumas regiões, já citadas inclusive, em setores localizados, a falta de água, hoje o que passamos é um racionamento de 30 horas. A questão

que quero levantar para deixar tudo isso bem claro, foi a questão inclusive dita pelo nosso Líder do PMDB, Caíto Quintana, quando coloca no horário das 30 horas. Todos sabemos Deputado, que 30 horas é humanamente impossível, para quem só tem uma caixa d'água pequena, e além disso Deputado, para que trouxesse à luz mesmo do porquê do racionamento de 30 horas, para que a população soubesse ao certo, sem ficar caça às bruxas, sem se tentar reviver aquilo tudo ou seja a população quer ter água em casa e quer ter realmente uma explicação que convença, porque vejamos Deputado, quero inclusive, falei com o Deputado aparte, mas coloquei inclusive o Deputado Algaci Túlio, que ele possa também como Líder do Governo solicitar os técnicos da SANEPAR e ao Presidente da SANEPAR a questão da tarifa mínima Deputado, me parece que é um grande calote, me cheira isso porque se faz um grande caixa em cima da tarifa social, desta tarifa dos dez metros cúbicos e não se abastece as casas.

Então, veja bem, a SANEPAR, não distribui dez metros cúbicos para cada família, porque estamos passando pelo racionamento, essas famílias vão usar Deputado, três metros, quatro metros, até cinco metros cúbicos de água, porém vão pagar dez metros cúbicos. Então, a SANEPAR, está fazendo um caixa sem fornecer o produto à população, gostaria que isso fosse visto com carinho, o Sr. trouxesse também a luz aqui na tribuna, para que os outros Deputados também analisassem, porque sei, o Senhor sabe, nós sabemos que 45% dos usuários da SANEPAR pagam a taxa mínima e não utilizam os dez metros cúbicos, então é uma maneira clara de lesar a população e não podemos concordar com isso.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado Deputado Ricardo Chab.

A sua participação enriquece evidentemente todo esse debate a respeito da SANEPAR.

Senhor Presidente, passo a usar a Liderança do Governo na sequência.

Senhor Presidente, quero dizer que a questão da CPI do Porto de Paranaguá, não se trata de uma questão política, porque os Deputados que permeneeceram nesta Casa, das Legislaturas anteriores, sabem que sempre tratamos, sempre discutimos a questão do Porto de Paranaguá, e nunca chegamos a uma conclusão, aí termina o Governo, entra o Governo, termina o Governo, entra o Governo e sempre a mesma polêmica do Porto de Paranaguá, acho que é uma maneira da Assembléia pôr um paradeiro em tudo isso aí, se há suspeitas, e se há irregularidades, elas virão, se não houverem a Assembléia fez o seu papel de fiscalizado-

somente o local de discussões somente de interesse político partidário, mas de interesse de todo o Paraná. É isso que queremos fazer como Líder do Governo do Estado do Paraná. Dou aparte ao Deputado Cesar Seleme.

O Sr. Cesar Seleme - Quero me parabenizar com Vossa Excelência na convocação do Presidente da SANEPAR e acho que o convite deveria ser estendido também ao ex-Presidente Stênio Jacob, que hoje estava de manhã no Plenário, como o Deputado Caíto Quintana falou, que haja um grande debate nesta Casa sobre o problema da SANEPAR.

Como nós, procuradores e representantes do povo, tenhamos argumentos para justificar e dizer o que está realmente acontecendo. Não pode acontecer esse fogo cruzado entre situação e oposição, e nós não sabemos o que transmitir para a população. Vossa Excelência está de parabéns, nossa Bancada está juntamente favorável a essa convocação e, gostaria que o convite fosse estendido, como já se manifestaram favoráveis, ao ex-Presidente Stênio Jacob.

O SR. ALGACI TÚLIO - Não sou técnico, sou leigo no assunto, mas tenho uma experiência de muitos anos nos meios de comunicação, e uma experiência que adquiri como vice-Prefeito da Cidade de Curitiba ao lado do hoje Governador Jaime Lerner.

Aqui temos radialistas neste Plenário, Luiz Carlos Martins, Ricardo Chab, Carlos Simões, o que está chegando hoje Jocelito Canto, mas especialmente os de Curitiba que são as maiores testemunhas do que o que se fala da SANEPAR não se fala por falar. Somos nós, os radialistas, as maiores testemunhas dos problemas que encontramos na SANEPAR durante, não quatro anos, durante oito, doze anos aproximadamente, ou até mesmo nos Governos anteriores aos Governos do PMDB; muito embora a de se destacar aqui Deputado Caíto Quintana, Deputado Romanelli, a SANEPAR e a COPEL sempre foram tidas como empresas orgulho do Paraná.

Mas, por quê? Porque eram empresas tocadas, dirigidas pelo seu corpo funcional, sem a intromissão política, sem o uso político para a direção da empresa. E por esta razão sempre tivemos um bom retrato da SANEPAR e da COPEL, no entanto há que se reconhecer que de uns anos para cá a qualidade das duas empresas caíram, nós somos testemunhas disso como homem de comunicação. A reclamação constante, quantos anos, dizer que nunca houve racionamento em Curitiba, talvez não tenha havido nesta proporção, que até me coloco com o pé atrás, porque como já disse: não sou técnico, não sou eu que posso explicar porque é que foi feito o racionamento de 30 ho-

ras.

Não posso, aguardo uma explicação dos técnicos da SANEPAR e trarei na semana que vem. Não sei se vou convencê-los ou se o técnico vai me fazer convencer porque, como já disse, sou leigo na matéria. Mas sempre houve racionamento, um dos primeiros, me lembro foi ainda no Governo Richa, depois tivemos outros, racionamentos que não chegaram à proporção desses.

Agora, porque é que chegamos a situação de hoje? Não se trata de uma questão política, não se trata de querer com isso achar um bode expiatório para a privatização da SANEPAR, em absoluto, o Governador Jaime Lerner nunca falou em privatizar a SANEPAR. Mas, vejam bem, anteriormente os cortes de água que eram feitos à SANEPAR, e eu não vou mentir a mim próprio, não posso mentir a minha consciência, quanto eu cobrei, e aliás eu até uso um termo: "Dona SANEPAR", porque não se aguentava e não se aguenta ainda os cortes de água, que não haviam comunicação. Se vocês pegarem os jornais diários vão ver uma coluna todo dia na Tribuna do Paraná os cortes de fornecimento de energia da COPEL, todo dia ela publica onde vai ser cortada a energia elétrica. E corta constantemente, talvez até corte muito mais a SANEPAR a água em Curitiba.

O povo é previamente comunicado do que vai acontecer, o que não ocorria com a SANEPAR. São tantas as reclamações no rádio, Deputado está faltando água no Boa Vista, na Santa Cândida, no Jardim Pinheiros, Santa Felicidade, no Jardim Monza em Colombo, não era isso Deputado Chaves?

Somos testemunhas disso, mas não é por isso que está se querendo jogar a coisa na parte política, não quero jogar na parte política, quero só dizer que já havia todos esses problemas. Os cortes de água normalmente eram feitos no período noturno. Porquê? Porque quem está dormindo não está sentindo, não está vendo, não está ouvindo o barulho na caixa d'água, só ouve o barulho na manhã do dia seguinte.

Então os cortes eram feitos à noite, além do que os cortes de água só atingiam lamentavelmente a periferia da cidade e a região metropolitana. Ninguém do Batel telefonava para rádio e reclamava da falta de água. Ninguém do Champagnat reclamava da falta de água. Ninguém do Jardim Los Angeles, do Jardim Social reclamava, mas o povo da Barreirinha, do Santa Cândida, do Jardim Monza, de Colombo, de Santa Felicidade reclama do Alto Boqueirão então, nem se fala.

O que diziam hoje os técnicos é que estão se fazendo um corte socialmente, porque acho que todos têm que sofrer o corte d'água, quem mora no Batel também tem que sofrer. Volto a dizer não vou en-

ra diante das denúncias.

Mas trago hoje a esta Assembléia, um documento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, aliás um dos muitos processos que responde o Senhor Mário Marcondes Lobo, ex-Superintendente do Porto de Paranaguá, se não me engano chega à ordem de 15 ou 16 processos desse cidadão no Tribunal de Contas, um deles chegou às minhas mãos anteontem já e que diz de uma condenação aplicada pelo Tribunal de Contas ao Senhor Mário Marcondes Lobo, porque fora feito um convênio, entre a Superintendência dos Portos de Paranaguá e Antonina e a Empresa Paranaense de Classificação de Produtos, a CLASPAR.

E este convênio, segundo o Tribunal de Contas, foi completamente ilegal. Temos aqui os termos utilizados, toda a defesa e explicação, mas não terei tempo para dar isso, mas me reporto ao relatório que diz: "Entendo que o convênio celebrado em 11.05.93, entre a APPA e a Empresa Paranaense de Classificação de Produtos, a CLASPAR, é ilegal em parte. Pretende a 1ª Inspetoria de Controle Externo, seja declarada a nulidade do ato na origem, com a conseqüente condenação do ordenador das despesas ao recolhimento aos cofres da autarquia, das importâncias pagas, devidamente atualizadas."

Na última folha tem os valores do convênio, corrigidos e que deverão ser trazidos de volta aos cofres pelo Sr. Mário Marcondes Lobo, na ordem de R\$ 1.108.765.054,00 o que equivale mais ou menos a um milhão e trezentos mil dólares que o Sr. Mário Marcondes Lobo terá que devolver aos cofres do povo. Só isto me parece, justifica as suspeitas a respeito do Porto de Paranaguá e esta Assembléia tem por dever fazer uma investigação.

Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Respeitosamente, queria colocar a V. Exa., sem o menor desejo de ofender ninguém, porque não conheço a situação do Porto de Paranaguá, mas V. Exa. já encaminhou o pedido de abertura de uma CPI, que certamente, irá analisar todas as conseqüências do Porto de Paranaguá.

Gostaria, como Parlamentar e como cidadão, que as questões do Porto de Paranaguá, envolva as pessoas que envolverem, se trate no âmbito da CPI. Digo porquê. Não é uma nem duas vezes que ocorre, Deputado, com Prefeitos, Vereadores, Governo, de que o Tribunal de Contas, num determinado momento rejeite prestações de contas, aplicação de recursos, aquisições, por erros técnicos e o erro técnico, via Tribunal de Contas, não perdoa a quem errou da devolução que é responsável.

Curitiba, quinta, em 09.03.95

Quando a gente coloca pura e simplesmente - devolução - e não gostaria de citar nome, mas nesse Plenário inclusive tivemos ex-Prefeitos que tiveram contas ou parte de contas bloqueadas pelo Tribunal de Contas, podemos gerar a impressão de que a pessoa tenha malversado o recurso público, o que nem sempre é verdade. Muitas vezes um erro técnico não aprovado pelo Tribunal, faz rejeitar uma conta ou parte dela.

Portanto, como temos no Porto de Paranaguá uma CPI já instalada, esses documentos, essas avaliações, o direito de defesa se dê a essas pessoas para que elas possam justificar as coisas que fizeram.

O SR. ALGACI TÚLIO - Perfeito, Deputado, apenas quero esclarecer que a CPI apenas foi recebida pela Casa e ainda não está constituída. Por essa razão e para justificar mais do que nunca, a necessidade da CPI é que trouxe a este conhecimento, mesmo porque, claro que a partir do momento que ela for constituída, os Srs. não verão esse Parlamentar falando aqui na tribuna, falando a respeito do Porto de Paranaguá, porque caberá ao Presidente daquela CPI, ao Relator, aos membros da CPI se posicionarem a respeito do Porto de Paranaguá, mas a questão do Porto não pára aí, são outras informações, são outros dados que estão chegando e que a gente deve fazer a investigação com muito cuidado, com muito zelo para não ferir, e para não acusar algumas pessoas sem que elas tenham culpa ou não, muito embora, no caso da pessoa aqui citada, são inúmeras as suspeitas de problemas sérios. Até diria que a gente ache estranho que o ex-Governador Roberto Requião tenha nomeado o Sr. Mário Marcondes Lobo como Superintendente do Porto de Paranaguá, quando ele já tinha uma ação contra o Porto de Paranaguá.

Quer dizer, fica muito estranha a nomeação de uma pessoa que deixa de ser uma pessoa de confiança, porque se moveu uma ação contra aquele órgão, não poderia passar a ser o Superintendente daquele órgão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.

diente, solicitando votação em bloco para as proposições constantes dos itens 01, 03 e 04 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando preferência de votação para a Discussão Única da Proposição nº 071/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 257/93. Retirado pelo autor.

O SR. SÉRGIO SPADA (**Pela Ordem**) - Senhor Presidente, peço a retirada desse requerimento de destaque. E solicito para que retire de pauta esse item um da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Há requerimento do Senhor Deputado Plauto Guimarães constante do expediente, nesse sentido e que submete à votação este requerimento do Deputado Plauto. Pede sua retirada por 10 Sessões. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, acima aprovado, passaremos ao processo de votação dos vetos: 353/93 e 420/93.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 082/93. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 353/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Pérola ao Distrito de Boa Esperança, no Estado do Paraná.

Ofício/DTL/SAT nº 327/93.

Curitiba, 26 de outubro de 1993. Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 319/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 353/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, eis que não tem objeto porque a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

O Projeto de Lei nº 353/93 encontra-se publicado no D.A. nº 102, de 02.08.93.

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 088/93. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 420/93,

de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Altônia ao Distrito de Jardim Paredão.

Ofício/DTL/SAT nº 363/93

Curitiba, 11 de novembro de 1993. Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 362/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 420/93, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Altônia ao Distrito de Jardim Paredão.

O projeto de lei em epígrafe deixou de merecer acolhimento, dada sua flagrante inconstitucionalidade, porque, implicando em despesas não previstas na "Lei de Meios", fere o mandamento contido no art. 135, da Constituição Estadual.

Ademais, inobstantemente à inconstitucionalidade apontada, vale ressaltar que o Poder Executivo não tem condições de suportar encargos de tal natureza, também pelo fato de as máquinas e equipamentos, assim como os recursos humanos do DER estarem, todos, voltados aos trabalhos nas obras rodoviárias em andamento, inclusive as de conservação de estradas e as em execução nas microbacias, conforme prevê o vigente Sistema Rodoviário Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MARIO PEREIRA

Governador do Estado,
em exercício

O Projeto de Lei nº 420/93, encontra-se publicado no D.A. nº 111, de 17.08.93).

O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal para a votação dos vetos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) (**Procede à chamada nominal**).

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Votaram trinta e oito Senhores Deputados.

Pela manutenção do veto, vinte e sete (27); pela rejeição do veto, dez (10).

Voto em branco, um (01).

Estão rejeitados os projetos e mantidos os vetos.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 071/94. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 257/93, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal, que liga os Municípios de Missal a São Miguel do Iguaçu.

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, já apresentado. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, da Proposição nº 071/94.

OF.DTL/SAT nº 267/93

Curitiba, 21.09.93.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 242/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 257/93, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal denominada "NZ-1", que liga as sedes municipais de Missal e São Miguel do Iguaçu, com uma extensão de 32 quilômetros.

O projeto de lei em epígrafe deixou de merecer acolhimento, dada sua flagrante inconstitucionalidade, porque, implicando em despesas não previstas na "Lei de Meios", fere o mandamento contido no art. 135, da Constituição Estadual.

Ademais, inobstantemente à inconstitucionalidade apontada, vale ressaltar que o Poder Executivo não tem condições de suportar encargos de tal natureza, também pelo fato de as máquinas e equipamentos, assim como os recursos humanos do DER estarem, todos, voltados aos trabalhos nas obras rodoviárias em andamento, inclusive as de conservação de estradas e as em execução nas microbacias, conforme prevê o vigente Sistema Rodoviário Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 257/93, encontra-se publicado no D.A nº 77, de 15.06.93)

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 074/94. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 046/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que revoga o art. 7º, da Lei Complementar nº 046, de 20 de dezembro de 1989. (Vencimen-

Curitiba, quinta, em 09.03.95

to de Delegado de Polícia). COM RELATÓRIO da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Sobre a referida proposição, requerimento de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto adiada a discussão por 10 (dez) sessões da Proposição nº 074/94.

OF/DTL/SAT nº 295/93

Curitiba, 13.10.93.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 287/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 046/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a revogação do art. 7º, da Lei Complementar nº 46, de 20 de dezembro de 1989. Tal dispositivo revogou o art. 291, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do Paraná). O revogado art. 291, da referida Lei Complementar nº 14, tratava de vinculação de vencimentos dos integrantes das várias carreiras do Quadro da Polícia Civil aos dos Delegados de 1ª Classe.

A negativa de sanção ao projeto de lei complementar em causa decorre de sua flagrante inconstitucionalidade, eis que fere frontalmente os mandamentos contidos nos arts. 66, incisos II e III e 87, inciso IV, ambos da Carta Estadual, os quais conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para início do processo legislativo de lei sobre a matéria.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 046/93, encontra-se publicado no D.A. nº 09, de 03.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 074/93

P A R E C E R:

O veto foi apresentado dentro do prazo legal.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, não existem óbices à normal tramitação da proposição de veto nº 074/93, apostado do Projeto de Lei nº

046/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que revoga o art. 7º da Lei Complementar nº 046, de 20 de dezembro de 1989. (Vencimento de Delegado de Polícia).

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 283, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 284, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 285, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 289, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 286, 290 e 291, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs

126/94 e 001/95.

Levanta-se a sessão.

EDITAL DE CHAMAMENTO

COMISSÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR
PORTARIA Nº 025/94-DG

O Presidente da Comissão de Processo Disciplinar, instituída pela Portaria nº 025/94, da Diretoria Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 320, § 2º, da Lei 6.174/70, (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), diante da impossibilidade de citação pessoal...

CITA e CHAMA a funcionária do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná CINTIA APARECIDA PULNER, INDICIADA EM PROCESSO DISCIPLINAR POR INFRINGÊNCIA ao Art. 293, Inciso V, letra "b", da lei acima enumerada - ABANDONO DE CARGO - para apresentar defesa no prazo de dez dias, a contar da última publicação do presente Edital de Chamamento, sendo-lhe facultada vista do processo, durante decorrência do prazo acima, na dependência onde funciona a Comissão de Processo Disciplinar (COORDENADORIA DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL).

PUBLIQUE-SE NA FORMA DA LEI.

Curitiba, de fevereiro de 1995

(a) ANTONIO LOPES

Presidente da Comissão